

Sumário

Agradecimentos.....	9
Nota da Autora	11
Apresentação.....	13
Prefácio	17
Capítulo 1 - Arquitetura principiológica do controle penal das drogas ilícitas....	29
1. A imperatividade dos princípios no Direito Penal diante da guerra às drogas.....	29
2. Dignidade da pessoa humana	32
3. Princípio da intervenção mínima.....	36
4. Princípio da legalidade.....	38
4.1. Princípio da reserva legal.....	39
4.2. Princípio da anterioridade	42
4.2.1. (Ir)retroatividade da interpretação jurisprudencial das normas penais	43
4.3. Princípio da taxatividade	48
4.4. Princípio da estrita legalidade	52
5. Princípio da Exclusiva Proteção de Bens Jurídicos.....	54
5.1. Teoria do Bem Jurídico	54
5.2. O Alicerce Constitucional dos Bens Jurídicos Penais	57
5.3. A Saúde Pública como Bem Jurídico Coletivo: realidade ou ficção?	60
6. Princípio da individualização da pena.....	64
7. Princípio da presunção de inocência.....	66
7.1. Presunção de inocência enquanto norma de tratamento ...	73

7.2.	Presunção de inocência enquanto norma probatória e norma de juízo	78
8.	Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	86
Capítulo 2 - Saúde pública enquanto (suposto) bem jurídico tutelado		93
1.	Considerações Preambulares	93
2.	Saúde Pública: entre a indefinição conceitual e a imperativa tutela penal na legislação antidrogas	94
3.	A (inconsistente) política pública antidrogas no Brasil	99
3.1.	O desencontro entre a norma e a realidade punitiva: as premissas legislativas e a distopia da implementação	99
3.2.	Paradigma proibicionista e horizontes para uma política de drogas pragmática: a redução de danos e prevenção de riscos	104
4.	Conceito legal de drogas	110
Capítulo 3 - Porte de drogas para uso próprio		113
1.	Art. 28 da Lei 11.343/06: a tipificação penal do porte de drogas para consumo pessoal	113
2.	Saúde Pública como pretexto paternalista: a controvérsia da criminalização do uso pessoal de drogas	116
3.	O julgamento do RE 635.659/SP e a releitura do artigo 28 da Lei de Drogas	122
3.1.	O escopo do RE 635.659/SP	122
3.2.	RE 635.659 e a construção da democracia constitucional pelo Judiciário	123
3.3.	RE 635.659: a descriminalização do porte de <i>Cannabissativa</i> para consumo pessoal	130
3.4.	RE 635.659: teses fixadas	135
3.5.	Porte de maconha para uso próprio em presídio: falta grave	145
4.	Panorama da <i>cannabis terapêutica</i> no Brasil	146
5.	O artigo 28 da Lei 11.343 pós-RE 635.659/SP: a criminalização remanescente do porte de drogas distintas da <i>Cannabis sativa</i> para uso pessoal	155

5.1.	Notas introdutórias.....	155
5.2.	Elementos do tipo penal	156
5.3.	Sanções aplicáveis.....	161
5.3.1.	Advertência sobre os efeitos das drogas.....	164
5.3.2.	Prestação de serviços à comunidade.....	166
5.3.3.	Medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.....	167
5.3.4.	Medidas de reforço	169
5.4.	Detração imprópria.....	172
5.5.	Prescrição.....	173
5.6.	Art. 28, § 1º: plantações ilícitas	174
5.6.1.	Imediata destruição.....	174
5.6.2.	Uso ritualístico-religioso de plantas contendo substâncias psicotrópicas.....	174
5.6.3.	Potencial confisco	175
5.7.	A (in)aplicabilidade do princípio da insignificância.....	177
5.8.	Posse de entorpecentes na caserna: os limites do princípio da insignificância	181
5.9.	A (des)configuração da reincidência.....	182
6.	A amplificação da criminalização: análise dos efeitos perversos da descarcerização do porte para consumo na dinâmica da guerra às drogas.....	186
7.	Desafios da classificação penal: a fronteira entre consumo e tráfico de entorpecentes.....	188
7.1.	A delimitação jurídica entre usuário e traficante.....	188
7.2.	Natureza e quantidade da substância entorpecente	192
7.3.	Local e condições em que se desenvolveu a ação de apreensão da droga	195
7.4.	Circunstâncias sociais e pessoais do autuado.....	197
7.5.	Conduta e antecedentes do agente	197
	Capítulo 4 - Tráfico ilícito de entorpecentes.....	199
1.	Notas introdutórias	199

2.	Art. 33, <i>caput</i> , da Lei 11.343/06: tráfico de drogas propriamente dito.....	200
2.1.	Verbos nucleares do tipo penal.....	200
2.2.	Elementos do tipo penal.....	214
2.3.	Tráfico afetivo: delimitação punitiva na introdução de entorpecentes em presídios.....	217
2.4.	O conflito aparente entre o art. 273 do CP e o art. 33 da Lei de Drogas.....	223
3.	Art. 33, § 1º, da Lei 11.343/06: tráfico de drogas por equiparação.....	227
3.1.	Considerações iniciais.....	227
3.2.	Tráfico de matéria-prima, insumo ou produto químico.....	230
3.2.	Tráfico de plantas precursoras de drogas.....	236
3.3.	Uso ou cedência de local ou bem para o narcotráfico.....	239
3.4.	Venda ou entrega a agente policial disfarçado.....	243
3.4.1.	Notas críticas: a (in)validade do flagrante preparado.....	243
3.4.2.	Elementos do tipo penal.....	249
4.	Art. 33, § 2º, da Lei 11.343/06: induzimento, instigação e auxílio ao uso de drogas.....	254
4.1.	Notas introdutórias.....	254
4.2.	Elementos do tipo penal.....	255
4.3.	Movimentos sociais em prol da legalização das drogas.....	258
5.	Art. 33, § 3º, da Lei 11.343/06: oferta eventual de droga para consumo compartilhado.....	260
5.1.	Elementos do tipo penal.....	260
5.2.	Penalidades.....	266
5.3.	Ônus da prova.....	268
6.	Art. 33, § 4º, da Lei 11.343/06: tráfico “privilegiado”.....	270
6.1.	Notas introdutórias.....	270
6.2.	Requisitos.....	272
6.2.1.	Primariedade.....	273
6.2.2.	Bons antecedentes.....	276

6.2.3.	Não dedicação a atividades criminosas.....	282
6.2.4.	Não integrar organização criminosa	294
6.3.	Da fixação do quantum de diminuição da pena.....	298
6.3.1.	Da natureza e da quantidade da droga	299
6.4.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	305
6.5.	Acordo de não persecução penal.....	306
7.	Penalidades no crime de tráfico de entorpecentes	313
8.	Competência da Justiça Federal para o julgamento do narcotráfico.....	314
9.	O narco-homicídio organizado e o júri desorganizado: reflexões constitucionais sobre a Lei 15.358/2026	318
10.	Confronto da Lei de Drogas com outras leis.....	321
11.	A questão da hediondez no tráfico ilícito de entorpecentes.....	322
12.	O princípio da insignificância no contexto da narcotraficância	324
Capítulo 5 - A criminalização de meios e instrumentos destinados à produção ilícita de entorpecentes.....		327
1.	Art. 34: produção, fabricação, preparação ou transformação ilícita de drogas.....	327
2.	Relação de (in)dependência entre o art. 33 e art. 34 da Lei de Drogas.....	330
3.	(Im) possibilidade de aplicação da causa de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas	334
4.	Art. 34: Hediondez em pauta.....	335
Capítulo 6 - Associação para o tráfico de entorpecentes.....		337
1.	Art. 35: associação para o tráfico de drogas.....	337
2.	A natureza não hedionda da associação para o tráfico	344
3.	Associação para o Tráfico e Organização Criminosa: Critérios Distintivos	345
4.	Associação para o Tráfico majorada pelo uso de arma de fogo: critérios para progressão de regime	349

5.	Associação para o Tráfico: fração de cumprimento de pena necessário para a concessão do livramento condicional	350
6.	Associação para o Tráfico: quando o excesso acusatório compromete a justiça	352
Capítulo 7 - Crime de financiamento/custeio do tráfico de drogas		357
1.	Art. 36: Crime de financiamento/custeio do tráfico de entorpecentes	357
2.	O enquadramento jurídico do autofinanciamento do tráfico de drogas	363
3.	Status de crime hediondo por equiparação	365
4.	Notas finais	365
Capítulo 8 - A colaboração informacional na narcotraficância		367
1.	Art. 37: enquadramento penal do informante colaborador de grupo, associação ou organização voltados ao tráfico de drogas	367
2.	Enquadramento penal do informante de traficante avulso	373
3.	A natureza hedionda por equiparação	374
Capítulo 9 - A prescrição/ministração culposa de drogas por profissionais de saúde		377
1.	Art. 38: A responsabilidade penal dos profissionais da saúde pela prescrição culposa de drogas	377
2.	O dever judicial de notificação e a presunção de inocência: uma análise do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 11.343/06	381
3.	Afastamento da hediondez no artigo 38	383
Capítulo 10 - Condução de embarcação ou aeronave sob o domínio de entorpecentes		385
1.	Art. 39: O delito de condução de meios de transporte pós-consumo de entorpecentes	385
2.	O regime sancionatório do artigo 39	390
3.	Artigo 39, parágrafo único: modalidade qualificada	391
4.	Notas finais	392

Capítulo 11 - Majorantes na Lei de Drogas.....	395
1. Art. 40: causas de aumento de pena	395
2. Inciso I: a transnacionalidade do delito evidenciada pela procedên- cia da substância ou do produto apreendido e as circunstâncias fáticas	398
3. Inciso II: a prevalência de função pública ou de vínculo de especial confiança e autoridade	403
4. Inciso III: tráfico de drogas em locais de vulnerabilidade ou aglome- ração pública	406
5. Inciso IV: emprego de grave ameaça, violência ou qualquer instru- mento de intimidação coletivo	411
6. Inciso V: tráfico interestadual de entorpecentes	414
7. Inciso VI: a exploração da vulnerabilidade	419
8. Inciso VII: financiamento/custeio do tráfico	423
9. Art. 40-A: crime tiver sido praticado por integrante de organização criminosa ultraviolenta, grupo paramilitar ou milícia privada	425
Capítulo 12 - Delação premiada	427
1. Delação premiada: considerações gerais	427
2. Delação premiada na legislação antidrogas	444
3. Autodelação premiada	450
Capítulo 13 - Agente infiltrado	455
1. Considerações iniciais	455
2. Cabimento da infiltração na Lei de Drogas: delimitação por tipo penal	459
3. A figura do agente infiltrado	460
3.1. Agente infiltrado x agente provocador x agente disfarça- do	460
3.2. Perfil do agente infiltrado	462
4. Limites temporais da infiltração policial	464
5. Legitimidade para requerer a infiltração policial	467

6.	Decisão judicial autorizadora da infiltração policial.....	470
7.	Acesso da defesa às atividades do agente infiltrado	473
8.	O agente infiltrado como testemunha: uma (im)possibilidade jurídica	475
9.	Monitoramento realizado por câmera instalada em via pública	477
Capítulo 14 - Engenharia probatória no sistema antidrogas		479
1.	Considerações iniciais.....	479
2.	Busca pessoal	482
2.1.	(i)lícitude da busca pessoal	482
2.2.	Desobediência a ordens policiais de parada e buscas.....	490
2.3.	Fundada suspeita posta e não pressuposta	492
2.4.	Consequências da busca pessoal ilícita	493
2.5.	Busca pessoal realizada por guarda municipal.....	495
2.6.	Busca pessoal x fiscalizações de segurança	497
3.	Busca domiciliar	499
3.1.	Notas introdutórias.....	499
3.2.	Busca domiciliar com prévia autorização judicial.....	500
3.2.1.	Horário de cumprimento do mandado de busca domiciliar.....	501
3.2.2.	Prazo para cumprimento do mandado de busca e apreensão.....	502
3.2.3.	Ausência de mandado físico	503
3.2.4.	Impossibilidade de extensão do mandado para domicílio de terceiro	504
3.3.	Busca domiciliar sem prévio mandado judicial.....	506
3.3.1.	Busca domiciliar com (suposta) autorização do morador.....	509
3.3.2.	Busca domiciliar ancorada em denúncia anônima...	515
3.3.3.	Fuga ao domicílio: justa causa para busca residencial?	520
3.3.4.	Busca domiciliar lastreada nos antecedentes do acusado.....	523

3.3.5.	Busca em residência localizada em lugar de intenso tráfico de entorpecentes.....	524
3.3.6.	Busca em imóvel desabitado	525
3.4.	<i>Fishing expedition</i>	528
3.5.	Consequências da busca domiciliar ilícita	532
4.	Busca íntima.....	533
5.	Confissão informal.....	535
6.	Confissão extrajudicial formal	539
7.	Confissão judicial	542
7.1.	Reflexos da confissão na dosimetria da pena.....	543
8.	Aviso de Miranda	546
9.	Depoimento dos policiais.....	551
9.1.	Valoração da palavra dos policiais.....	551
9.2.	O “arredondamento” da ocorrência policial	555
9.3.	Leitura em juízo do depoimento policial prestado na fase investigatória.....	556
10.	Injustiça epistêmica.....	559
11.	Acesso ao celular do preso.....	565
11.1.	(Des)necessidade de autorização judicial	565
11.2.	Espelhamento de aplicativos como o WhatsApp	572
11.3.	Cadeia de custódia de prova	574
12.	Intervenções Invasivas: O Raio-X na Detecção de Entorpecentes ocultos no corpo	579
13.	Prova da materialidade delitiva	586
13.1.	Notas introdutórias.....	586
13.2.	Laudo preliminar de constatação.....	587
13.3.	Laudo toxicológico definitivo	588
13.4.	Cadeia de custódia da droga apreendida.....	591
	Capítulo 15 - Causas excludentes da culpabilidade.....	595
1.	Notas introdutórias	595

2.	(In)imputabilidade em razão da dependência química.....	595
3.	Semi-imputabilidade em razão da dependência química	601
4.	Imputabilidade dos indígenas.....	602
5.	Inexigibilidade de conduta diversa	603
6.	Dificuldades financeiras e coculpabilidade estatal	604
Capítulo 16 - Procedimento da Lei de Drogas.....		605
1.	Notas introdutórias	605
2.	Oferecimento da denúncia e resposta preliminar	607
2.1.	Notificação editalícia e a preclusão temporal para apresen- tação do rol de testemunhas	608
2.2.	A flexibilização do rol de testemunhas pela Defensoria Pública: uma exigência da ampla defesa e da paridade de armas	609
3.	Recebimento da denúncia.....	613
3.1.	Decisão de recebimento da peça acusatória.....	613
3.2.	Afastamento cautelar do servidor público (acusado)	616
4.	Citação do réu.....	619
5.	Audiência una de instrução e julgamento.....	621
6.	Prisão decorrente da sentença condenatória recorrível.....	625
7.	Destruição das drogas e plantações ilícitas.....	626
8.	Desapropriação-confisco.....	628
9.	Perda de bens, produtos ou valores na sentença.....	630
10.	Perda alargada.....	636
11.	Fixação de danos morais coletivos na sentença.....	639
12.	Cooperação internacional.....	640
Referências bibliográficas		643